
GAECO e POLÍCIA MILITAR DEFLAGRAM OPERAÇÃO CHECK-OUT NAS REGIÕES DE RIB. PRETO E FRANCA

Operação tem como alvos integrantes da facção criminosa 'Primeiro Comando da Capital'

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo (GAECO/MPSP), deflagrou, com apoio da Polícia Militar, pelo Comando do Policiamento do Interior 3, na manhã desta sexta-feira (22/11) a operação CHECK-OUT, para cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos pelas Justiças Criminais de Rib. Preto e de Franca, nas cidades de Rib. Preto, Franca, São Carlos e Taquaritinga.

Participaram da operação 05 (cinco) promotores de justiça, 06 (seis) agentes do Ministério Públicos, 78 (setenta e oito) policiais militares das Forças Táticas, empenhando 23 viaturas, dos 3º BPMI (RP), 13º BPMI (Araraquara), 15º BPMI (Franca), 38º BPMI (São Carlos) e 51º BPMI (RP).

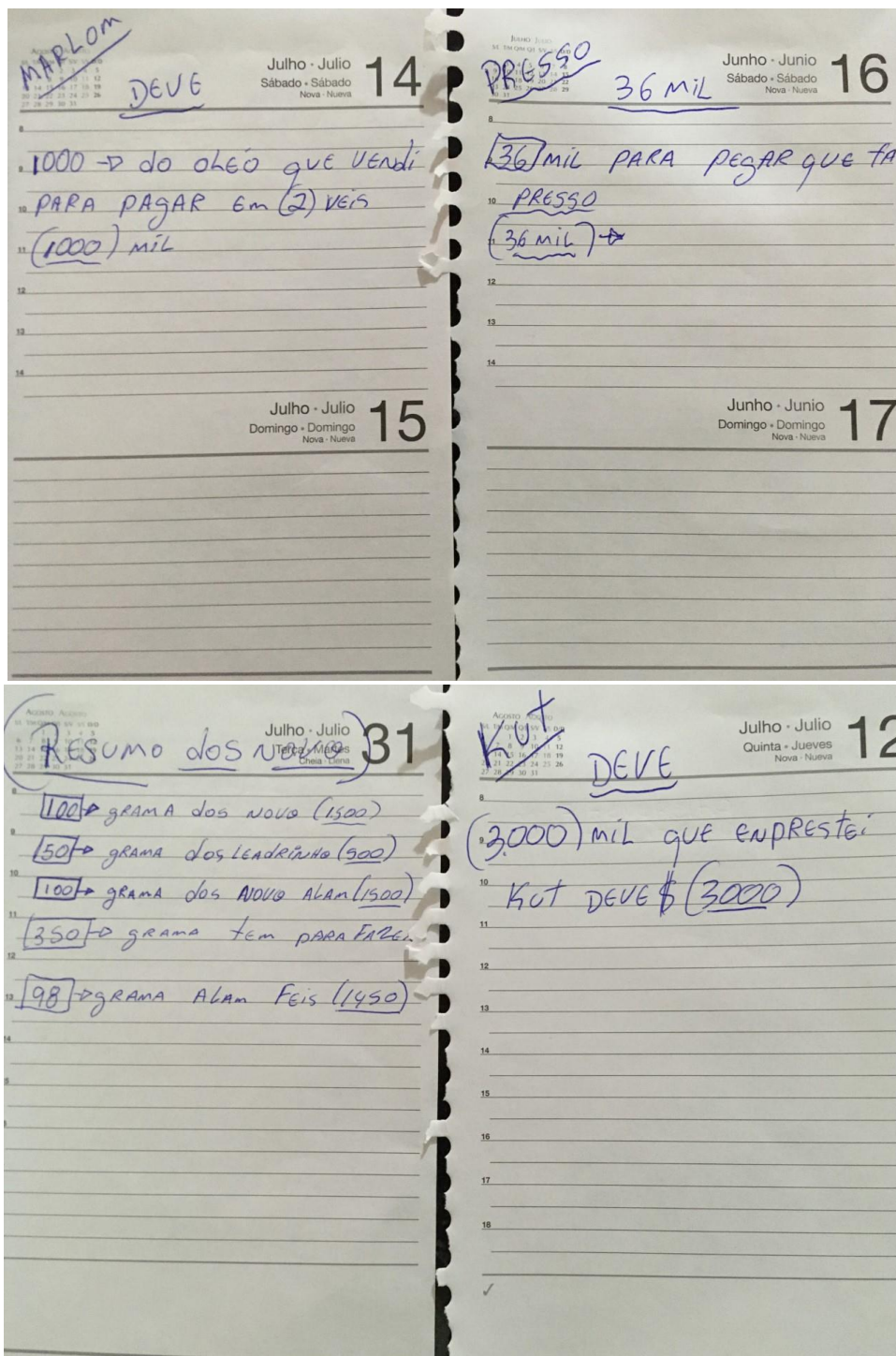
Na região, foram cumpridos 13 (treze) mandados de prisões e 24 (vinte e quatro) de buscas em Rib. Preto (02 presos), Franca (06 presos), São Carlos (01 preso) e Taquaritinga (01 preso). Uma pessoa permanece foragida e algumas pessoas foram presas em flagrante delito em Franca, as quais estão sendo apresentadas à Autoridade Policial local.

Além dos presos, foram apreendidos:

- em Franca: cerca de R\$ 50.000,00 em dinheiro vivo, além de anotações do tráfico de drogas, munições de arma de fogo e equipamentos eletrônicos;

- em Ribeirão Preto, São Carlos e Taquaritinga: cerca de R\$ 13.000,00 em dinheiro vivo, dividido em dezenas de notas com sujidades de pequeno valor (R\$ 2,00, R\$ 5,00, R\$ 10,00, R\$ 20,00), junto com cadernos e anotações do tráfico de drogas, dois veículos utilizados pelos presos, equipamentos eletrônicos (celulares, HDs e pen drives);





As investigações revelaram que entre os denunciados estão líderes regionais da facção criminosa "PCC" e do tráfico de drogas naquelas cidades.

Um dos investigados havia sido preso no final de outubro em Barrinha/SP, em flagrante de tráfico de drogas e encontrado material da facção criminosa.

O MPSP tem 30 dias para encerrar as investigações, ouvindo os réus e examinando os materiais apreendidos (documentos e equipamentos eletrônicos), e apresentar as denúncias perante a Justiça Pública.

Os valores em dinheiro e veículos serão depositados judicialmente e, acaso não demonstrada origem lícita, poderão ser revertidos para utilização no combate ao tráfico e às facções criminosas. As drogas e armas deverão ser destruídos.

Os investigados podem responder por crimes de organização criminosa (03 a 08 anos de pena), tráficos de drogas (05 a 15 anos de pena), associação ao tráfico (03 a 10 anos de pena) e lavagem de dinheiro (03 a 10 anos de pena). As penas superar 20 anos de prisão.
